

14. Regulamento do Programa Viva o Bairro – Início de procedimento (Ratificação)

Submete-se, para ratificação do Executivo Municipal, a decisão emanada pelo Presidente da Câmara, nos termos e para os efeitos do disposto no n.º 3 do artigo 35.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua versão atual, de aprovar o Início de Procedimento de criação do Regulamento do Programa Viva o Bairro, ao abrigo do disposto no artigo 241.º da CRP e do disposto nas alíneas h), i) e k) do n.º 2 do artigo 23.º e alínea u) do n.º 1 do artigo 33.º do Regime Jurídico das Autarquias Locais, Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual versão, tudo de acordo com os documentos constantes do processo.

AVISO N.º 44/2023

Início do Procedimento do Regulamento do Programa Viva o Bairro

A Vereadora Maria do Sameiro de Macedo Araújo, Vice-Presidente da Câmara Municipal de Braga:

Torna público, nos termos e para os efeitos do disposto no n.º 1 do artigo 98.º do CPA, na sua versão atualizada, o seguinte:

1. Por despacho da Sra. Vice-Presidente, nos termos do disposto no n.º 3, do artigo 57º, da Lei nº 169/99, de 18 de setembro, na sua versão atualizada conjugado com o estatuído no n.º 3, do artigo 35º, da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, foi aprovado o início do procedimento de elaboração do **Regulamento do Programa Viva o Bairro**, ao abrigo do disposto na Constituição da República Portuguesa (artigos 112º e 241º), alínea k) do n.º1 do artigo 33º da citada Lei nº 75/2013, de 12 de setembro.
2. Com o referido Regulamento, com vocação de permanência, tendo em atenção a experiência piloto da 1ª Edição, o Município de Braga pretende, dar resposta às necessidades identificadas pelas comunidades, em função dos seus contextos, apoiando diretamente as redes locais nos territórios prioritários, privilegiando a intervenção nos domínios da Cidadania, Educação, Emprego, Exclusão Social, Solidariedade Comunitária, Desporto, Saúde e Bem-Estar, definindo como objetivos:
 - I. Promover o desenvolvimento local, fomentando a cidadania ativa, a capacidade de auto-organização e a procura coletiva de soluções, através da participação da população na melhoria das suas condições de vida;
 - II. Contribuir para uma efetiva melhoria dos espaços intervencionados de forma a permitir e reforçar a sua integração na cidade, sem discriminações no acesso aos bens e serviços que a todos são devidos;
 - III. Criar um clima favorável ao desenvolvimento pessoal e da iniciativa local;
 - IV. Um Programa com este nível de participação local traduz-se numa oportunidade altamente eficiente de incrementar ações para enfrentar as maiores dificuldades e desafios que se apresentam localmente, em cada comunidade. Isto porque, este envolvimento dos habitantes locais leva não só a um maior desenvolvimento da sua consciência coletiva crítica, como também a uma maior participação destes nos projetos/ações concretamente desenvolvidos.;
 - V. Neste sentido, o Programa Viva o Bairro, apresenta-se como uma iniciativa local de habitação, um instrumento de política pública do Município de Braga que visa dinamizar parcerias e pequenas intervenções de melhoria dos “habitats” abrangidos, através do apoio a projetos locais que contribuam para o reforço da coesão social do território municipal.

3. Podem constituir-se como interessados no procedimento todos aqueles que, nos termos do nº 1, do artigo 68º do CPA, sejam titulares de direitos, interesses legalmente protegidos, deveres, encargos, ónus ou sujeições no âmbito das decisões que nele forem ou possam ser tomadas, bem como as associações, para defender interesses coletivos ou proceder à defesa coletiva de interesses individuais dos seus associados que caibam no âmbito dos respetivos fins.
4. Os interessados podem ainda, no prazo de 10 dias úteis, formular contributos ou sugestões sobre quaisquer questões que possam ser consideradas no âmbito do procedimento de elaboração e aprovação do Regulamento/Revisão Regulamentar, sem prejuízo da ulterior audiência dos interessados e consulta pública, se aplicável.
5. A formulação de sugestões ou contributos, bem como a constituição de interessados no procedimento de alteração regulamentar, deve ser efetuada por escrito, até ao termo do prazo, dirigidos à Câmara Municipal - Balcão Único, ou por via digital para o endereço eletrónico codigoregulamentar@cm-braga.pt, conforme MOD-DPP.01.02_01–Revisão/Alteração Regulamentar – Participação Procedimental.

Braga, Paços do Município

Exmo. Senhor

Presidente do Município de Braga

Dr. Ricardo Rio

Assunto: 2ª Edição do Programa Viva o Bairro

Exmo. Senhor Presidente do Município de Braga

Dr. Ricardo Rio,

O Programa Viva o Bairro, criado e gerido pelo Município de Braga em parceria com BragaHabit – Empresa Municipal de Habitação de Braga, E.M. (doravante BragaHabit), adiante designado por Programa, nasceu como resultado de uma dinâmica colaborativa, promovida pelas entidades acima referidas e dinamizada pelo Human Power Hub | Centro de inovação Social de Braga, com as Associações de Moradores do concelho, consubstanciada na realização de Assembleias de Moradores, com carácter informal, que se assumem como um espaço de concertação e discussão de projetos no sentido de garantir “a existência de um habitat que assegure condições de salubridade, segurança, qualidade ambiental e integração social, permitindo a fruição plena da unidade habitacional e dos espaços e equipamentos de utilização coletiva e contribuindo para a qualidade de vida e bem-estar dos indivíduos e para a constituição de laços de vizinhança e comunidade, bem como para a defesa e valorização do território e da paisagem, a proteção dos recursos naturais e a salvaguarda dos valores culturais e ambientais”, tal como previsto no n.º 2 do Artigo 14.º da Lei de Bases da Habitação, aprovada através da Lei n.º 83/2019, de 3 de setembro.

Este Programa, cuja 1ª edição teve a duração de um ano, entre 2022 e 2023, apresenta-se como uma iniciativa local de habitação, um instrumento de política pública do Município de Braga que visa dinamizar parcerias e pequenas intervenções de melhoria dos “habitats” abrangidos, tendo apoiado 10 projetos locais que contribuíram para o reforço da coesão social do território municipal.

Atendendo à experiência positiva da 1ª edição, propõe-se a realização de uma 2ª edição, deste Programa, no sentido de continuar a dar resposta às necessidades identificadas pelas comunidades, em função dos seus contextos, apoiando diretamente as redes locais nos territórios prioritários, privilegiando a intervenção nos domínios da Cidadania, Educação, Emprego, Exclusão Social, Solidariedade Comunitária, Desporto, Saúde e Bem Estar.

Em articulação com as Associações de Moradores, foi possível consensualizar uma nova versão das Normas de Funcionamento que prevêm a possibilidade de apresentação de candidaturas conjuntas, com mais do que uma entidade promotora, a disponibilização de verbas em regime de adiantamento e a simplificação do processo de apresentação de candidaturas.

O Programa terá um financiamento fixado por deliberação da Câmara Municipal de Braga, de acordo com a dotação prevista no seu orçamento anual, sendo a sua gestão administrativa e técnica assegurada pela BragaHabit, solicitando-se a aprovação das Normas de Funcionamento propostas para esta 2ª edição.

Com os melhores cumprimentos,

O Administrador Executivo

(Carlos Alberto da Fonte Videira)

Assunto: Regulamento do Programa Viva o Bairro – Início de procedimento

Na sequência da proposta por mim remetida à DAAJ, para início de procedimento regulamentar relativo ao Programa Viva o Bairro e, considerando que:

- com este Programa, o Município pretende continuar a dar resposta às necessidades identificadas pelas comunidades locais, em função dos seus contextos, apoiando diretamente as redes locais nos territórios prioritários, privilegiando a intervenção nos domínios da Cidadania, Educação, Emprego, Exclusão Social, Solidariedade Comunitária, Desporto, Saúde e Bem-Estar, nos termos e com os fundamentos referidos na proposta de início de procedimento regulamentar aqui em anexo e que se dá por reproduzida para os devidos efeitos;
- se encontra devidamente fundamentada a necessidade de regular e que o Município está legalmente habilitado a regulamentar, ao abrigo do disposto no artigo 241.º da CRP e do disposto nas alíneas h), i) e k) do n.º 2 do artigo 23.º e alínea u), do n.º 1 do artigo 33.º do Regime Jurídico das Autarquias Locais, Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual versão;
- este Programa já teve uma 1ª Edição, surgindo, agora, atenta a sua continuidade e execução permanente, a necessidade de criação do respetivo Regulamento, sendo que, existe necessidade de salvaguardar a continuidade e calendarização do programa, nomeadamente, impedindo a interrupção do mesmo, possibilitando o cumprimento dos prazos determinados para as candidaturas abrangidas pelo Programa e das expectativas das próprias comunidades locais. Pelo que, impõe-se, por estas razões e as demais de ordem social e interesse público na dinamização deste programa, urgência no início do presente procedimento regulamentar.

Assim, propõe-se, nos termos e para os efeitos do disposto no n.º 3, do artigo 35.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro na sua versão atualizada, que o Ex.mo Sr. Presidente da Câmara Municipal, **determine aprovar o início do procedimento de criação do Regulamento do Programa Viva o Bairro**, nos moldes constantes na parte final da proposta em anexo, devendo, desde já, ser publicitado na Internet, no sítio

institucional da CMB, nos termos do disposto no artigo 98º do CPA, ficando este ato sujeito a ratificação na próxima reunião da Câmara Municipal.

O Vereador,
João Rodrigues,